
ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS PARA JOGO ONLINE

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL



SÍNTESE
INFORMATIVA

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS PARA JOGO ONLINE

FICHA TÉCNICA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP

Título:

Atribuição de Licenças para Jogo Online: Enquadramento Internacional

Pesquisa, compilação, análise e tratamento por:

Leonor Calvão Borges

Arranjo e Composição Gráfica:

Nuno Amorim

Síntese Informativa n.º 8

Data de publicação:

Abril de 2016

Av. D. Carlos I, 128-132 – 3.º
1200-651 LISBOA

AVISO LEGAL E DIREITOS DE AUTOR

Este documento é um resumo de informação publicada e não representa necessariamente a opinião do autor ou da Assembleia da República.

O documento foi produzido para apoio aos trabalhos parlamentares dos Deputados e funcionários da Assembleia da República.

© Assembleia da República, 2016. Direitos reservados nos termos do artigo 52º da Lei nº 28/2003, de 30 de julho.

Índice

Nota Prévia	6
Alemanha	7
Áustria.....	7
Bélgica	7
Dinamarca.....	8
Estónia.....	8
França.....	9
Grécia	9
Luxemburgo.....	10
República Checa.....	10
Sérvia.....	10
União Europeia.....	11

Nota Prévia

O presente dossier tem por objeto o estudo comparado da atribuição de licenças para o jogo Online.

Foram pesquisados os ordenamentos jurídicos da Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Estónia, França, Grécia, Luxemburgo, República Checa, Sérvia e União Europeia.

Alemanha

Na Alemanha, e de acordo com o n.º 4, do §4 do [Staatsvertrag zum Glücksspielwesen in Deutschland](#) (Glücksspielstaatsvertrag – GlüStV) State Treaty on Gambling in Germany, o jogo online é proibido na generalidade.

Contudo, o Estado de Schleswig-Holstein aprovou regulação própria em 2012 ([Schleswig Holstein Gambling Act](#)), tendo sido emitidas 50 licenças para casinos e casas de apostas online. Apesar do diploma ter sido [anulado em 2013](#), as licenças tinham validade até 2019, o que levou a que o caso fosse apreciado Tribunal de Justiça da União Europeia, na decisão de Junho de 2014 [Digibet and Albers, C-156/13](#). O Tribunal analisou a legalidade de um pequeno Estado divergir, durante um pequeno período de tempo (um ano e dois meses), da legislação interestadual, remetendo para o Supremo Tribunal Federal Alemão.

Áustria

Neste país, o licenciamento de jogos online está previsto na [Federal Law on Games of Chance](#) ([Glücksspielgesetz – GSpG](#)), como parte integrante do licenciamento de lotarias e encontra-se no âmbito da competência do Ministro das Finanças, a quem cabe também a supervisão das empresas licenciadas.

A prestação transfronteiriça de atividades de jogo online não é permitida, estando sujeita ao monopólio nacional do jogo e não podem ser publicitadas dentro do país.

Os serviços tradicionais de apostas desportivas (com presença online ou não) estão sob a alçada de cada estado federal / governos regionais.

Existem duas grandes operadoras de jogo online:

O [Österreichische Lotterien GmbH](#) com licença para lotos, apostas desportivas e lotarias via internet ou via terminais vídeo de lotaria

Os [Casinos Austria AG](#) com doze casinos e vários jogos de tabuleiro.

Bélgica

A Bélgica legalizou os jogos de azar online através da lei de 10 de janeiro de 2010, que alterou [a Lei de 7 de maio de 1999](#), e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2011. O primeiro diploma tinha já criado a [Commission des jeux de hasard](#), entidade responsável pelo licenciamento da atividade, por forma a combater o jogo ilegal, a funcionar sob a alçada do ministro da Justiça.

Apenas as companhias licenciadas para jogo por via tradicional podem solicitar a licença adicional de jogo online.

O portal [Jeu Legal Belgique](#) disponibiliza a identificação e área de atividade de todas as empresas licenciadas para jogo online.

Dinamarca

Na Dinamarca o jogo online está regulado no [Gambling Act](#), que determina o seu licenciamento pelas autoridades competentes por um período não superior a 5 anos. O diploma é complementado pela [Executive Order No. 67 of 25. January 2012 on online casinos](#).

Compete à [Danish Gambling Authority](#), uma agência governamental independente, que funciona sob a alçada do Ministro das Finanças, conceder o [licenciamento da atividade](#), de acordo com a parte 4 do [Gambling Act](#), com as seguintes condições:

- Ser maior de 21 anos;
- Não ter o estatuto de insolvência ou bancarrota;
- Não ter cometido ofensas criminais;
- Não ter dívidas ao setor público
- Não ser residente na Dinamarca ou qualquer outro país europeu, para pessoas singulares;
- Ter residência fiscal na Dinamarca ou qualquer outro país europeu, para pessoas coletivas;

Estónia

A Estónia legalizou os jogos a partir da década de 90 do século passado, e regulou a indústria através do [Gambling Act 2008](#), que também introduziu a possibilidade do jogo online.

Nos termos do diploma, jogos online são os desempenhados por dispositivo eletrónico e jogo remoto é a organização de jogos de azar de forma que o resultado do jogo seja determinada por um dispositivo eletrónico e o jogador participa no jogo por meios eletrónicos de comunicação, incluindo serviços de telefone e internet (entrada em vigor 16.01.2011). O jogo não é considerado jogo remoto se os meios de comunicação eletrónicos são utilizados apenas para receber apostas, informando sobre o resultado do jogo ou transferência de pagamentos para a conta de um jogador.

No ano seguinte, foi aprovado o [Gambling Tax Act](#), mas só em 2010 se tornou possível abrir websites de jogos, sendo o foi o mercado liberalizado a empresas não nacionais em 2011, o que permitiu que empresas estrangeiras pudessem concorrer ao licenciamento da atividade, pagar a respetiva taxa e transferir o seu software para servidores instalados no país.

O [processo de licenciamento](#) é feito pelo [Estonian Tax and Customs Board](#), e sujeito ao disposto no § 9 do [Gambling Act 2008](#)

França

Em França, é a [Loi n° 2010-476 du 12 mai 2010](#) relative à l'ouverture à la concurrence et à la régulation du secteur des jeux d'argent et de hasard en ligne, que regula a matéria em apreço. O mercado dos jogos em linha abertos à concorrência abrange em França três setores distintos:

- Apostas em corridas de cavalo;
- Apostas desportivas
- Jogos de mesa (poker)

A necessidade de regulação surge na sequência de um processo desencadeado pela Comissão Europeia dirigido a doze Estados membros da União Europeia, nos quais a França se encontrava incluída. Mediante um Aviso de 27 de junho de 2007, a Comissão Europeia considera que as restrições impostas pela legislação francesa relativamente às apostas desportivas e hípicas não se justificavam perante o princípio da liberdade de prestação de serviços, previsto no artigo 49.º do tratado CE.

A partir da data da emissão do Aviso, o Governo encarregou o inspetor-geral das finanças de elaborar um [relatório](#) sobre a abertura ao mercado dos jogos de fortuna ou azar, que enviou à Comissão em março de 2008, tendo pouco tempo depois enviado o anteprojeto de lei.

A [Loi n° 2010-476 du 12 mai 2010](#) instituiu a [Autorité de régulation des jeux en ligne](#) (ARJEL), entidade administrativa independente com a responsabilidade pela emissão de autorização para o exercício da atividade comercial de exploração dos jogos de fortuna ou azar online, assegurar o cumprimento das obrigações por parte dos operadores, proteger os consumidores e as populações vulneráveis, lutar contra o vício, garantir a segurança e honestidade dos operadores de jogo e lutar contra a criação de sítios ilegais, a fraude e o branqueamento de capitais.

Para a concessão de licenciamento é obrigatória a certificação de:

- Identidade e endereço do operador (em caso de pessoa coletiva, estrutura jurídica);
- Certificado de registo criminal;
- Capacidade financeira;

A pessoa ou empresa não podem ainda possuir domiciliação social num Estado ou território não cooperativo, de acordo com o [artigo 238-0 A](#) do [Code Général des Impôts](#).

Grécia

O Governo grego aprovou nova legislação sobre jogo em 2011¹, que autoriza o jogo online, tendo licenciado 24 operadores. Um ano depois, o ministro grego das Finanças anulou esse processo de licenciamento a favor da [OPAP](#), o operador estatal.

O licenciamento é feito através da [Hellenic Gaming Commission](#) (HGC).

¹ Não encontramos o diploma em francês ou inglês, apenas a sua [descrição](#), apresentada no European Association for the Study of Gambling (EASG) 9th European Conference on Gambling Studies and Policy

Luxemburgo

O diploma que regula o jogo neste país é a [Loi du 20 avril relative à l'exploitation des jeux de hasard et des paris relatifs aus épreuves sportives](#).

De acordo com a legislação atual, há quatro tipos de jogos autorizados:

- Os aparelhos e jogos como o "flipper", isto é, aqueles que dão ao jogador qualquer oportunidade de enriquecimento ou qualquer vantagem material que não seja o direito de continuar a jogar, conforme o artigo 3.º, n.º 2, da Lei de 20 de Abril de 1977;
- Os jogos operados pela Lotaria Nacional, que são permitidas de pleno direito pela [loi du 22 mai 2009 relative à l'œuvre de Secours Grande-Duchesse Charlotte](#) ((Jogo Eg ZUBITO);
- Os jogos operados por empresas que têm uma licença do Ministério da Justiça, com base na Lei de 20 de Abril de 1977, relativa jogo. Atualmente, apenas as empresas "Saartoto" e "Lotto Rheinland-Pfalz" têm autorização para apostas para determinados desportos;
- Lotarias, concursos e sorteios de publicidade grátis que preencham as condições previstas no artigo 21 [loi modifiée du 30 juillet 2002 sur la concurrence déloyale](#).

República Checa

O diploma [202/1990 of Coll, on Lotteries](#) regula o jogo de uma forma geral, mencionando a possibilidade de jogo online. De acordo com o artigo 4.º do diploma, a licença tem de ser solicitada ao Ministro das Finanças, tendo uma duração de 10 anos.

De acordo com as [declarações](#) do ministro das Finanças Andrej Babis encontra-se em fase de aprovação uma nova lei² que prevê a regulamentação rigorosa dos jogos de azar na República Checa. O ministério planeia criar uma base de dados de jogadores para evitar viciados ou aqueles com dívidas de jogos de azar.

Sérvia

A Sérvia regulamentou os jogos através do [Games of Chance Act](#) de 2011. O licenciamento do jogo online é permitido a empresas cujos servidores estejam em território nacional, pagando uma taxa de 5% para manter a atividade.

As licenças são emitidas pela [Games of Chance Administration](#) (GCA), sob a alçada do Ministro das Finanças e Economia.

² Não foi possível encontrar o diploma em francês ou inglês

União Europeia

A Comissão Europeia adotou, em 2012, a [Communication 'Towards a comprehensive European framework on online gambling'](#), acompanhada de uma [staff working paper](#).

Com base numa consulta pública em profundidade, a comunicação estabelece um plano de ação para melhorar os problemas de jogo em toda a UE para as autoridades nacionais, operadores e indústrias relacionadas, tais como prestadores de serviços de media e consumidores.

Encontra-se disponível os seguintes estudos:

[Study on the role of regulators for online gambling: authorisation, supervision and enforcement, de 2014](#)

[European Parliament resolution on online gambling in the Internal Market , 2013](#)

[European Parliament resolution on online gambling in the Internal Market , 2011](#)

[Conclusions of the Competitiveness Council on the framework for gambling and betting](#)

[European Parliament resolution on the integrity of online gambling](#)  (122 kB)